



SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

EDITAL Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 2014 PROGRAMA BOLSA-ATLETA PROGRAMAS OLÍMPICO E PARAOLÍMPICO

O SECRETARIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, e na Portaria nº 164, de 6 de outubro de 2011, torna pública a abertura de inscrições para a concessão de Bolsa-Atleta para atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico, referentes aos eventos ocorridos em 2013, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pleito será regido por este Edital e executado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta.

1.2 Para os fins deste Edital, consideram-se modalidades que fazem parte do Programa Olímpico ou Paraolímpico aquelas indicadas no programa olímpico do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), respectivamente, e, administradas, no Brasil, por Entidades vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), conforme o caso.

2 - DOS EVENTOS QUE PERMITEM A CONTEMPLAÇÃO

2.1 Os eventos esportivos de 2013, indicados pelas Entidades de Administração Desportiva e aprovados pelo ME, que tornam apto o atleta a pleitear o benefício, serão somente aqueles discriminados em lista divulgada em nosso sítio eletrônico: <http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/default.jsp>.

3 - DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

3.1 Para fins de concessão deste benefício, os atletas serão subdivididos nas seguintes categorias:

I - olímpica ou paraolímpica (Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres e Jogos olímpicos e Paralímpicos de Sochi): atletas a partir de 16 anos que representaram o Brasil nos últimos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos adultos (principais) organizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) ou Comitê Paralímpico Internacional (IPC), como titulares em modalidades individuais ou com seus nomes presentes nas súmulas de modalidades coletivas, que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais e cumpram os outros critérios fixados no item 3.2.

II - internacional: atletas a partir de 14 anos que integraram a seleção nacional de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos ou jogos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a terceira colocação em competições em 2013, referendadas pela confederação da respectiva modalidade como principais eventos, e que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais em 2014;

III - nacional: atletas a partir de 14 anos que participaram do evento máximo da temporada nacional de 2013, sendo tais competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade e pelo ME como principais eventos ou que integrem o ranking nacional da modalidade, obtendo, em qualquer caso, até a terceira colocação, e que continuem treinando para futuras competições oficiais nacionais em 2014;

IV - estudantil: atletas de 14 a 20 anos de idade que participaram dos últimos Jogos Estudantis Nacionais - (Jogos Escolares da Juventude - JEJ's, Paralimpíadas Escolares e Jogos Universitários em 2013), obtendo até a terceira colocação nas provas individuais de modalidades individuais, ou selecionados entre os atletas destaques das modalidades coletivas, que continuem a treinar para futuras competições oficiais em 2014; e

V - de base: atletas de 14 a 19 anos de idade de modalidades que fazem parte do programa olímpico e paraolímpico, obrigatoriamente de subcategoria iniciante indicada pela respectiva entidade, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de eventos de 2013, previamente indicados pela entidade nacional de administração do desporto ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano de 2013 no caso de modalidade coletiva, que continuem treinando e participando de competições oficiais nacionais em 2014.

3.2 Os Atletas Candidatos enquadrados no item 3.1 - I poderão pleitear o benefício nessa categoria, nos 3 (três) anos subsequentes do ciclo olímpico, desde que hajam participado dos últimos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos (Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Sochi) e anualmente participem do circuito mundial de competições da respectiva modalidade, sendo que a sua participação deverá ser certificada pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou Comitê Paraolímpico Brasileiro, conforme o caso.

3.3 As categoriais dos itens 3.1 - II e III, para efeito de concessão da bolsa-atleta, serão subdivididas nas três subcategorias etárias principal, intermediária e iniciante, também conhecidas, respectivamente, por adulta, juniores/juvenis e infante-juvenil.

3.4 Os critérios para escolha dos atletas destaques de modalidades coletivas a que se refere o item 3.1 - IV serão estabelecidos pelo Ministério do Esporte e comunicados às entidades organizadoras dos Jogos Estudantis Nacionais antes da abertura da inscrição online.

3.5 A metodologia de seleção dos atletas de modalidades coletivas enquadrados no item 3.1 - V deverá ser definida pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto e aprovada pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento antes da abertura da inscrição online.

3.6 É vedada a concessão de Bolsa-Atleta à subcategoria máster.

3.7 É vedada a concessão, em um único exercício, de mais de uma bolsa ao mesmo atleta, ainda que cumpra os requisitos de outras categorias, hipótese em que somente será considerado o pleito referente à categoria de maior precedência.

4 - DA INSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

4.1 A inscrição do Atleta Candidato deverá ser efetivada exclusivamente por meio do endereço eletrônico: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/>

, que estará disponível para inscrições a partir de 00 hora do dia 14 de abril de 2014 até 00 hora do dia 03 de maio de 2014.

4.2 É de exclusiva responsabilidade do Atleta Candidato o acesso à página eletrônica do Ministério do Esporte citada e o preenchimento online do formulário de inscrição conforme descrito no item 4.1.

4.3 O Ministério do Esporte não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou conexão, congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, bem como por aquelas solicitadas fora do prazo estabelecido no item 4.1.

4.4 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do Atleta Candidato, dispondo o Ministério do Esporte do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, não possuindo o ME qualquer discricionariedade a esse respeito.

4.5 A inscrição on line é confirmada após recebimento de mensagem do Ministério do Esporte, contendo o número da ficha de inscrição, o login e a senha do atleta, enviada para o endereço de correio eletrônico informado no formulário de inscrição.

4.6 Somente os atletas com inscrição online confirmada, terão cumprido a primeira fase do pleito e serão considerados Atletas Inscritos.

4.7 É de obrigação exclusiva do Atleta Inscrito o acompanhamento do pleito por meio da área restrita da página eletrônica: <http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/default.jsp>, acessada com o login e senha entregues na forma do item 4.5, ficando o Ministério do Esporte obrigado a notificar o atleta somente na hipótese prevista no item 4.14.

4.8 O Atleta Inscrito ou seu representante legal poderão solicitar ao Ministério do Esporte, a qualquer tempo, através do e-mail duvidasbolsa@esporte.gov.br o login e senha para acompanhamento do pleito, ficando o setor Bolsa Atleta pelo atendimento.

4.9 O candidato deverá enviar os documentos listados abaixo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do início das inscrições online, para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta, no endereço: SAN Q. 03 Bloco A Edifício Núcleo de Transportes - DNIT - 1º andar CEP: 70.040-902 - Brasília/DF:

I - cópia do documento de identidade;
II - cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda);

III - declaração da entidade de prática desportiva (clube), atestando que o atleta:

a) está vinculado a ela e se encontra em plena atividade esportiva em 2014;

b) participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais;

IV - declaração da entidade nacional de administração do desporto (confederação) da respectiva modalidade, acompanhada de cópia da súmula da competição com resultado oficial que habilita o atleta, atestando que o atleta:

a) está regularmente inscrito junto a ela;

b) mantém vínculo com a respectiva entidade estadual de administração do desporto.

c) participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação em competição esportiva realizada em 2013, de âmbito nacional ou internacional, conforme o caso, indicada no ato de inscrição online.

V - tratando-se de pedido de Bolsa-Atleta na categoria estudantil, declaração da instituição de ensino atestando que o atleta:

a) está regularmente matriculado, com indicação do respectivo curso e nível de estudo;

b) encontra-se em plena atividade esportiva e participa regularmente de treinamento para futuras competições;

c) participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação, representando a instituição nos jogos estudantis nacionais organizados homologados e apoiados pelo Ministério do Esporte, no ano imediatamente anterior àquele em que pleiteia a concessão do benefício;

VI - Declaração sobre valores recebidos como patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, e qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;

VII - Plano Esportivo

4.10 Os modelos das declarações exigidas para inscrição estão disponíveis na página eletrônica oficial do Ministério do Esporte.

4.11 Para fins de inscrição, as declarações enviadas devem, preferencialmente, seguir os modelos disponibilizados pelo Ministério do Esporte e, obrigatoriamente, conter todas as informações neles exigidas.

4.12 O Ministério do Esporte não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio causado pelos correios que impeça a chegada da documentação no seu destino, tendo o atleta que observar a situação de sua inscrição na área restrita do site do Programa Bolsa Atleta, acessado com login e senha disponibilizado na forma do item 4.7, onde constara a chegada ou não de documentos enviados e se esses foram ou não analisados.

4.13 Os atletas contemplados com o Bolsa-Atleta no exercício imediatamente anterior ficam dispensados da apresentação dos documentos a que se referem os subitens I e II do item 4.9.

4.14 Caso a documentação enviada esteja errada ou incompleta, o Atleta Inscrito será notificado pelo Ministério do Esporte, por meio eletrônico, para, no prazo de 30 (trinta) dias, complementar a documentação ou as informações, sob pena de indeferimento do pedido.

4.15 A documentação enviada pelo Atleta Inscrito será analisada e, caso não haja complementação a fazer, o mesmo será considerado Atleta Apto e só então concorrerá ao benefício.

4.16 A prioridade estabelecida ou a efetiva concessão de Bolsa-Atleta em anos consecutivos não desobriga o atleta ou seu procurador legal de obedecerem a todos os procedimentos constantes deste Edital, inclusive os de inscrição online e os de envio de documentos, além dos prazos estabelecidos pelo Ministério do Esporte, bem como da apresentação da respectiva prestação de contas e da atualização dos dados cadastrais.

5 - DAS AVALIAÇÕES E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 As documentações e as propostas serão apreciadas e julgadas pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta, observando-se os seguintes procedimentos:

I - Análise de documentos;

II - Enquadramento do Atleta Apto no rol de eventos constantes do ANEXO ÚNICO;

III - Seleção e concessão de Bolsa-Atleta, que observará a seguinte ordem de preferência entre as categorias e atletas aptos:

IV - A concessão do benefício aos atletas está limitada à existência de dotação orçamentária no exercício 2014.

a) categoria olímpica ou paraolímpica;

b) categoria internacional, atletas inscritos em modalidades do programa olímpico ou paraolímpico;

c) nacional, atletas inscritos em modalidades do programa olímpico ou paraolímpico;

d) estudantil, atletas inscritos em modalidades do programa olímpico ou paraolímpico;

e) de base.

5.2 Persistindo o empate na classificação, terá preferência o atleta habilitado e/ou melhor colocado, na seguinte ordem:

I - em provas individuais de modalidades individuais;

II - em provas coletivas de modalidades individuais;

III - em modalidades coletivas;

IV - na subcategoria principal;

V - na subcategoria intermediária;

VI - na subcategoria iniciante;

VII - na competição que os habilitou ao pleito;

VIII - no ranking internacional de cada modalidade; e

IX - no ranking nacional de cada modalidade.

5.3 Para fins de concessão do benefício, serão consideradas modalidades individuais aquelas reconhecidas como tal pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) ou Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), conforme o caso.

6 - DO RESULTADO FINAL

6.1 Antes da publicação do resultado final, cada Entidade Nacional de Administração do Desporto ou correspondente deverá enviar à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento novo documento que ratifique a habilitação dos atletas filiados ou vinculados a ela, especificamente no que diz respeito à continuidade da atividade esportiva em treinamentos e competições oficiais.

6.2 Deferida a concessão aos Atletas Aptos, selecionados conforme o disposto neste Edital e após publicação de seus nomes no Diário Oficial da União, estes serão considerados Atletas Contemplados.

6.3 Após a contemplação citada no item 6.2, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento disponibilizará, de forma online, na área restrita ao acesso de cada Atleta Contemplado, o Termo de Adesão que deverá ser impresso, assinado, rubricado e preenchido com os dados bancários (conta, agência e operação) após abertura da conta bancária no Agente Financeiro do Programa e enviado para o Ministério do Esporte no prazo de 30 (trinta) dias.

6.4 O prazo citado no item anterior poderá ser prorrogado, caso a caso, por igual período pelo Ministério do Esporte, desde que comprovada justa causa, contados a partir da data de publicação da lista de Atletas Contemplados.

6.5 A concessão da Bolsa-Atleta somente gerará efeitos financeiros para cada Atleta Contemplado no mês subsequente ao da assinatura do Termo de Adesão pelo beneficiário ou seu responsável legal, nos termos do art. 5º do Decreto nº 5.342 de 14 de janeiro de 2005.

6.6 Os Atletas Contemplados que encaminharem o Termo de Adesão no prazo regulamentar e tiverem seus nomes publicados no Extrato de Adesão na imprensa oficial serão considerados Atletas Bolsistas.

6.7 O atleta que não assinar e encaminhar o Termo de Adesão nos prazos fixados nos itens 6.3 e 6.4 terá o seu benefício cancelado.

7 - DOS RECURSOS

7.1 O interessado poderá recorrer da decisão indeferitória da aptidão para o prosseguimento no certame, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do não enquadramento como Atleta Apto por meio da publicação oficial do resultado final no Diário Oficial da União.

7.2 O recurso deverá ser dirigido à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta, no endereço: SAN Q. 03 Bloco A Edifício Núcleo de Transportes - DNIT - 1º andar CEP: 70.040-902 - Brasília/DF.

7.3 Somente serão analisados os recursos que tenham sido protocolados dentro do prazo legal e durante horário normal de funcionamento do setor de protocolo da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, ou aquela cuja documentação tenha sido encaminhada por via postal, desde que demonstrado que tal envio se deu durante o prazo recursal.

Transportes - DNIT - 1º andar CEP: 70.040-902 - Brasília/DF.

8 - DOS PRAZOS

I	14/04/2014 a 03/05/2014	Inscrição on line
II	14/04/2014 a 13/05/2014	Envio de documentos comprobatórios

III	14/05/2014 a 12/06/2014	Complementação de documentos se for o caso
IV	02/07/2014	Publicação da lista de contemplados
V	03/07/2014 a 12/07/2014	Recurso
VI	20/07/2014	Publicação de lista com nomes de atletas que tiverem o recurso deferido

8.1 Os prazos citados nos itens de IV a VI do quadro acima poderão sofrer alterações a critério da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - ME

9 - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Ministério do Esporte publicará no Diário Oficial da União a relação dos beneficiados com a Bolsa-Atleta e, para fins de divulgação, poderá disponibilizá-la em seu sítio eletrônico.

9.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta.

RICARDO LEYSER GONÇALVES.

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL Nº 4, DE 9 DE ABRIL DE 2014
RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 2/2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 02/2014 do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1. Alterar o item 1.2, que passa a ter a seguinte redação: "1.2 A seleção destina-se ao provimento das vagas temporárias existentes no quadro de servidores do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com lotação no SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, de acordo com a tabela do item 2 e, ainda, ao preenchimento das vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, que será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame".

2. Alterar o item 1.5, que passa a ter a seguinte redação: "1.5 O candidato aprovado será contratado pelos períodos previstos no art. 4º da Portaria Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério do Meio Ambiente nº 53, de 19 de fevereiro de 2014 e da Lei n.º 8.745/1993 e em suas alterações e terá jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas semanais. Os candidatos contratados serão regidos pela Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993".

3. Alterar as tabelas dos subitens 2.1.1 e 2.1.2, conforme abaixo:

2.1.1 CARGOS COM REQUISITO DE NÍVEL SUPERIOR - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - NÍVEL V

CÓD.	ÁREA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO / SUBÁREA	VAGAS TEMPORÁRIAS		CIDADE DE LOTACÃO	REMUNERAÇÃO INICIAL
			AMPLA CONCORRÊNCIA	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA		
300	1	Articulação Institucional / Gestão Administrativa	04	01	Brasília (DF)	R\$ 8.300,00
310	2	Cooperação Internacional / Acompanhamento de Acordos Internacionais	02	(*)	Brasília (DF)	R\$ 8.300,00
320	3	Economia / Economia Florestal	02	(*)	Brasília (DF)	R\$ 8.300,00
330	4	Engenharia Florestal / Manejo Florestal	05	01	Brasília (DF)	R\$ 8.300,00
340	5	Geografia / Sensoriamento Remoto	01	(*)	Brasília (DF)	R\$ 8.300,00

2.1.2 CARGOS COM REQUISITO DE NÍVEL SUPERIOR - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - NÍVEL IV

CÓD.	ÁREA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ SUBÁREA	VAGAS TEMPORÁRIAS		CIDADE DE LOTACÃO	REMUNERAÇÃO INICIAL
			AMPLA CONCORRÊNCIA	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA		
350	6	Articulação Institucional / Gestão Orçamentária	03	(*)	Brasília (DF)	R\$ 6.130,00
360	7	Informática / Analista de Redes	02	(*)	Brasília (DF)	R\$ 6.130,00
370	8	Informática / Analista de Sistemas	03	(*)	Brasília (DF)	R\$ 6.130,00
380	9	Articulação Institucional / Engenharia Civil	01	(*)	Brasília (DF)	R\$ 6.130,00

(*) Para essas vagas, não há reserva de vaga para candidato com deficiência para provimento imediato em virtude do quantitativo oferecido.

4. Alterar o subitem 2.2, que passa a ter a seguinte redação: "2.2 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto 6.944/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no processo seletivo simplificado".

5. Alterar o subitem 3.5, que passa a ter a seguinte redação: "3.5 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da assinatura do contrato".

6. Alterar o subitem 3.6.1, que passa a ter a seguinte redação: "3.6.1 O candidato convocado que não for considerado apto na inspeção de saúde física e mental terá o seu ato de convocação tornado sem efeito".

7. Alterar o subitem 3.7, que passa a ter a seguinte redação: "3.7 Apresentar, no ato da contratação, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos documentos necessários para composição do dossiê funcional, conforme relação a ser fornecida pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente".

8. Alterar numeração de subitem. Onde se lê: "3.10"; leia-se "3.8".

9. Alterar numeração de subitem e sua redação. Onde se lê: "3.8"; leia-se "3.9". Este subitem passa a ter a seguinte redação: "3.9 Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da contratação".

10. Alterar numeração de subitem e sua redação. Onde se lê: "3.9"; leia-se "3.10". Este subitem passa a ter a seguinte redação: "3.10 Cumprir as determinações deste edital, ter sido aprovado no presente Processo Seletivo Simplificado e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos para o cargo/área de concentração por ocasião da assinatura do contrato".

11. Alterar o subitem 14.6, que passa a ter a seguinte redação: "14.6 A aprovação no processo seletivo simplificado na classificação correspondente ao Anexo II do Decreto 6.944/2009 gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à contratação. Durante o período de validade do processo seletivo simplificado, o SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB reserva-se o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e com o número de vagas existentes".

12. Alterar o subitem 14.7, que passa a ter a seguinte redação: "14.7 Tendo em vista que este processo seletivo simplificado se destina à contratação para ocupação de vagas e que as vagas que vierem a surgir no prazo de validade do processo seletivo simplificado serão preenchidas de acordo com os interesses e necessidades do SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, serão classificados para cada cargo/área os candidatos habilitados de acordo com os critérios deste edital, estando os demais candidatos desclassificados, para todos os efeitos".

13. Alterar o subitem 14.39, que passa a ter a seguinte redação: "14.39 O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, publicado no Diário Oficial da União e divulgado no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> na data provável de 30 de junho de 2014".

14. Alterar o item 8 do subitem 2.4 do Anexo II. Onde se lê: "8 EXTENÇÃO FLORESTAL", leia-se: "8 EXTENSÃO FLORESTAL".

FAUZE MARTINS CHEQUER

EDITAL Nº 3, DE 9 DE ABRIL DE 2014
RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 1/2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação do edital normativo nº 01/2014 do Concurso Público, publicado no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2014, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

1. No preâmbulo, onde se lê:

"O SECRETÁRIO-EXECUTIVO - SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria nº 75/GM/MP, de 10 de março de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, torna pública a realização do CONCURSO PÚBLICO para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, para as Áreas de Concentração I (Administrativa) e II (Ciências Florestais) do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com lotação no SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, de acordo com a legislação pertinente e com as normas constantes neste edital e em seus anexos". Leia-se:

"O SECRETÁRIO-EXECUTIVO - SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria nº 75/GM/MP, de 10 de março de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, torna pública a realização do CONCURSO PÚBLICO para provimento de vagas no cargo de ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE, para as Áreas de Concentração I e II do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com lotação no SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, de acordo com a legislação pertinente e com as normas constantes neste edital e em seus anexos".

2. Alterar o subitem 1.2, que passa a ter a seguinte redação: "1.2 A seleção destina-se ao provimento das vagas existentes no quadro de servidores do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, com lotação no SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, de acordo com a tabela do item 2 e, ainda, ao preenchimento das vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade do concurso, que será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame".